

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO

ATA 064

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e quinze, às oito horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, sob a presidência da Prof^a. Cleuza Maria Sobral Dias, com a presença dos seguintes membros: Andrea Gonçalves dos Santos, Carlos André Hüning Birnfeld, Cleusa Maria Lucas de Oliveira, Derocina Alves Campos Sosa, Dulce Cassol Tagliani, Eder Leandro Bayer Maier, Ednei Gilberto Primel, Fabiana Alfonso Mello, Giovana Calcagno Gomes, Ivete Martins Pinto, José Rodrigo Furlanetto de Azambuja, Juliana Fausto Flores, Lucia de Fátima Socoowski de Anello, Marcelo Gonçalves Montes D'Oca, Marcos Antonio Satte do Amarante, Maria Renata Alonso Mota, Mauren Porciúncula Moreira da Silva, Mozart Tavares Martins Filho, Nelson Lopes Duarte Filho, Normélia Maria Parise, Patrícia Raggi Abdallah, Paul Gerhard Kinas, Rodrigo Desessards Jardim, Renato Duro Dias, Ronaldo Piccioni Teixeira, Vilmar Alves Pereira e Vitor da Silva dos Santos. O Secretário, a pedido da Senhora Presidenta, registrou a presença dos substitutos e o motivo da substituição: Leila Mara Costa Valle, representando a PROGRAD; Cleber Palma Silva, representando o ICB (titulares em férias); Marcelo Borges Tesser, suplente de Mauren Porciúncula Moreira da Silva, representante da 1ª Câmara; Osmar Olinto Möller Junior (titulares afastados a serviço da Universidade); e, Cezar Augusto Burkert Bastos, representando a EE (titular em licença de interesse). Justificaram ausência: Danilo Giroldo (em férias); Isabel Cristina de Oliveira Netto e Raul Andres Mendoza Sassi, respectivamente diretora e vice-diretor da FaMed (a primeira em férias e o segundo por motivo de força maior); Carlos James Scaini, representante dos docentes (afastado por motivo de força maior). Ausentes sem justificativa: Joice Backes Brand (representante discente da graduação), Kristopher Machado Marques (representante discente da graduação), Juliane Cardozo de Mello, suplente de Henrique Magalhães Meneses, representante discente da pós-graduação (titular afastado por motivo de força maior). Os relatores Fabrício Ferrari (PPGFis), Marcelo Roberto Gobato (Artes Visuais), Mateus de Moura Rodrigues (Arquivologia), e os servidores técnico-administrativos em educação Heber Peliano do Nascimento e Marco Antonio de Oliveira Lima da DIGEA/PROGRAD participaram da reunião na condição de convidados, com a concordância do plenário. Ao iniciar a reunião, a Senhora Presidenta colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da Ata 063** – Tendo em vista que a ata fora disponibilizada antecipadamente aos conselheiros, a Senhora Presidenta perguntou aos presentes se havia alguma manifestação a respeito dessa ata. Não havendo manifestações a respeito, a ata nº 063 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **2º) Indicações dos Cons. Cleuza Maria Sobral Dias e Danilo Giroldo – Homologação dos Atos Executivos 004, 009, 010, 011, 012 e 016/2015 - luto oficial pelo falecimento dos servidores Luiz Eduardo Ortiz Martins (TAE), Leda Dantas da Silveira (docente aposentada), Léo Amaro da Silveira (TAE), Eliezer de Carvalho Rios (docente aposentado), João Neres de**

Lima (TAE aposentado) e Pedro Votto (TAE aposentado) – Os referidos atos declararam luto oficial na Universidade Federal do Rio Grande por motivo de falecimento dos seguintes servidores: do TAE Luiz Eduardo Ortiz, ocorrido em 22/02/2015, o qual atuou por vinte e um anos como Operador de Máquina de Lavanderia; da docente aposentada Leda Dantas da Silveira, ocorrido em 14/03/2015, a qual atuou como docente do DCJ, atual FaDir, por vinte e dois anos e dez meses; do TAE Léo Amaro da Silveira, ocorrido em 17/03/2015, o qual atuou por trinta e seis anos e onze meses como Técnico em Edificações; do docente aposentado Eliezer de Carvalho Rios, ocorrido em 25/03/2015, o qual atuou como docente na Escola de Engenharia Industrial e posteriormente no Departamento de Oceanografia, por trinta e quatro anos e quatro meses; do TAE aposentado João Neres de Lima, ocorrido no dia 31/03/2015, o qual atuou como Técnico em Eletricidade por vinte e oito anos e dois meses; e do TAE aposentado Pedro Votto, o qual atuou por trinta e dois anos como Assistente em Administração. A Senhora Presidenta fez considerações elogiosas a respeito da trajetória de cada um dos servidores falecidos e na sequência solicitou ao plenário que a homologação dos Atos Executivos fosse realizada de forma conjunta através de salva de palmas, e assim foi realizada pelos presentes; **3º) Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Homologação do Ato Executivo 056/2014 - Isenção de taxas de ressarcimento à FURG (5%), relativas a convênios firmados entre a FURG, o Ministérios da Ciência e Tecnologia e Inovação, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Cultura e a Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas** – O referido Ato Executivo aprovou a isenção de taxas de ressarcimento de 5% para a FURG (FGDAU), relativamente aos projetos: Manutenção SIM Costa, do IO com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Apoio à Implantação SIM Costa, do IO com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Cultivo de Microalgas no Brasil, da EQA com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Monitoramento das Pescarias no Extremo Sul do Brasil, do IO com o Ministério do Meio Ambiente; Centro Regional de Referência da FURG, do ICB com a Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas; e Incubadora Cultura Viva, da PROEXC com o Ministério da Cultura, em razão da impossibilidade dos referidos órgãos públicos ressarcirem a Universidade, e, também devido ao prazo exíguo para elaboração dos empenhos em função do fechamento do exercício do ano de 2014. A Indicação foi lida pela Cons. Leila Costa Valle, Pró-Reitora de Graduação em exercício. Após a leitura a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **4º) Indicação da Cons. Denise Maria Varela Martinez- Homologação do Ato Executivo 006/2015 – alteração do Calendário Universitário 2015-2016** – O referido Ato Executivo alterou o período de entrada de processos de revalidação de diplomas de graduação obtidos no exterior, previsto no Calendário Universitário, de 09 a 13 de março de 2015, para 23 a 27 de março. A Indicação foi lida pela Cons. Leila Costa Valle. Após a leitura a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **5º) Parecer 009/2015 da 1ª Câmara - Processo nº 23116.007590/2014-11 – Homologação dos atos e resultado do Concurso Público do IMEF – Edital nº 024/2014 – 1 (uma) vaga para o Câmpus de Santo Antônio da Patrulha, para**

professor Assistente-A, Classe A, Nível 1, 40h/DE; área de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; matérias/disciplinas: Educação Matemática, História da Matemática Fundamentos de Matemática e Tutorias - O processo teve como relatora a Cons. Elisa Helena Fernandes, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela homologação dos atos e resultado do Concurso Público, o qual teve como aprovados, em ordem de classificação: Raquel Milani (1º lugar), Suelen Assunção Santos (2º lugar) e Dilson Ferreira Ribeiro (3º lugar), indicando para contratação Raquel Milani. O parecer foi lido pelo Cons. Marcelo Borges Tesser, representante da 1ª Câmara. Após a leitura a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Cons. Paul Kinas disse que foi um processo bastante concorrido, sendo que os três aprovados são bons profissionais e que a primeira colocada é natural de Caxias do Sul e que já possui doutorado. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **6º) Parecer 008/2015 da 1ª Câmara - Processo nº 23116.005195/2014-96 – Homologação dos atos e resultado do Concurso Público do IO – Edital nº 020/2014 – 1 (uma) vaga para o Câmpus de Rio Grande, para professor Adjunto-A, Classe A, Nível 1, 40h/DE; área de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; matérias/disciplinas: Geofísica Marinha, Geologia Geral** - O processo teve como relator o Cons. Fabrício Ferrari, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela homologação dos atos e resultado do Concurso Público, o qual teve como aprovados, em ordem de classificação: Elaine Siqueira Goulart (1º lugar), Arthur Antonio Machado (2º lugar) e Mary Lucia da Silva Nogueira (3º lugar), indicando para contratação Elaine Siqueira Goulart. O parecer foi lido pelo autor. Após a leitura a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **7º) Parecer 009/2015 da 5ª Câmara - Processo nº 23116.006495/2014-92 – Homologação dos atos e resultado do Concurso Público do ILA– Edital nº 024/2014 – 1 (uma) vaga para o Câmpus de Rio Grande, para professor Assistente-A, Classe A, Nível 1, 40h/DE; área de conhecimento: Língua Inglesa, para as matérias/disciplinas: Língua Inglesa, Fonética e Fonologia da Língua Inglesa e Inglês Instrumental** - O processo teve como relator o Cons. Marcelo Roberto Gobato, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela homologação dos atos e resultado do Concurso Público, o qual teve como única aprovada Ana Paula Alba Wildt, indicando-a para contratação. O parecer foi lido pelo Cons. Eder Leandro, representante da 5ª Câmara. Após a leitura a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **8º) Parecer 002/2015 da 6ª Câmara - Processo nº 23116.002744/2015-51 – definição da existência e quantificação de vagas ociosas nos cursos de graduação e os critérios para o preenchimento das mesmas** - O processo teve como relator o Cons. Mateus de Moura Rodrigues, que, após análise da documentação que instrui o processo, votou pela aprovação da proposta de deliberação apresentada ao COEPEA pela Comissão de Revisão e Atualização das Normas Acadêmicas, sobre a definição da existência e quantificação de vagas ociosas nos cursos de graduação e os critérios para o preenchimento das mesmas. O parecer foi lido pelo autor, com destaques.

Após a leitura a Senhora Presidenta colocou em discussão os destaques realizados. Os Cons. Carlos André e Dulce registraram preocupação com relação ao contido no parágrafo segundo do Art. 3º, com relação ao oferecimento das vagas no período letivo imediatamente posterior ao processamento do cálculo, tendo em vista que ambos possuem em suas unidades cursos idênticos oferecidos em turnos distintos, apesar de serem considerados cursos diferentes. A Cons. Leila fez intervenção neste momento informando ao plenário que a proposta apresentada para análise do COEPEA é resultado de um longo trabalho realizado por uma comissão instituída pela PROGRAD com a finalidade de analisar e atualizar as normas acadêmicas da instituição o que, considerando os 45 anos de existência da FURG, torna complexo e demorado esse trabalho, principalmente pelas vinculações que existem entre várias normas, como é o caso dessa que trata das vagas ociosas. Disse que essa comissão vem se reestruturando ao longo do tempo e que atualmente conta com a participação de dois TAE e cinco docentes. Afirmou que a proposta foi discutida exaustivamente com todos os coordenadores dos cursos de graduação e que tentaram flexibilizar essa nova proposta tendo em vista que as anteriores se repetiam em muitos casos. Por fim agradeceu a todos que colaboraram com o trabalho desenvolvido pela comissão. O Cons. Carlos André parabenizou a comissão pela tarefa realizada, pois no seu entender trata-se de um imbróglio esse tema. Disse que a Universidade deve tentar criar defesas com relação ao assunto, criar janelas. Nesse sentido propôs a alteração do Parágrafo Único do Artigo 2º, que poderia ser através do acréscimo do trecho “ou através de solicitação fundamentada da coordenação de curso”, logo após a palavra “integralização”. A Senhora Presidenta disse que a referida proposta tem o sentido de tentar identificar vagas em número que é possível ocupar e não criar problemas para os cursos de graduação. O Cons. Nelson disse entender que no Artigo 5º inciso i se resolve essa situação de que estudantes inseridos na primeira série terão vinculação garantida. A Cons. Leila disse que o CONGRAD auxiliou a comissão durante a elaboração desta proposta e entende que o consenso entre a maioria dos coordenadores imperou na realização das sugestões durante o trabalho realizado. O Cons. Nelson disse que nesse momento seria interessante a realização de uma reflexão a respeito do que está levando a essa realidade e não apenas procurar atacar as consequências. Que seria interessante se buscar o porquê de os cursos de graduação terem um número tão elevado de vagas ociosas. A Senhora Presidenta afirmou que a Universidade vem tendo ao longo do tempo várias ações no sentido de tentar minimizar essa situação, sendo que essa questão é histórica na Instituição e que se deve dedicar um esforço para encontrar alternativas e evoluir na questão de buscar soluções para essa situação. O Cons. Marcos Amarante sugeriu que se poderiam abrir a possibilidade para que os coordenadores dos cursos de graduação, verificando que seria possível oferecer vagas, o fizessem mesmo que a aplicação da fórmula não permita. O Cons. Cezar disse que pela proposta apresentada não há como não serem detectadas vagas ociosas. A Senhora Presidenta solicitou nesse momento que os proponentes das sugestões realizassem uma breve interação a fim de decidir sobre uma proposta de consenso a ser apresentada mais adiante ao plenário, passando a discussão do próximo item destacado, tendo a concordância dos presentes. Com relação ao parágrafo 3º do artigo 4º, o Cons. Carlos André disse que o curso de Direito e talvez outros cursos

também possuam na prática dois cursos cadastrados, um matutino e outro noturno, a fim de evitar que alunos de um turno ocupem vagas do outro turno, e que isso foi a melhor opção encontrada pela Universidade até esse momento. Sugeriu que fosse inserido outro parágrafo no texto, que desse a entender o que significa curso diferente na Universidade. O Cons. Mateus disse que foi discutido na 6ª câmara que a mudança de turno não mais existiria. A Cons. Leila disse que a ideia foi de assegurar a todos a concorrência em todas as modalidades ofertadas. A Cons. Lucia disse entender que deveria ser definido primeiramente o que se entende por cursos diferentes. A Cons. Derocina lembrou que o próprio coordenador quando recebe os processos dessa natureza já verifica de onde se originam os estudantes candidatos a vagas e faz o correspondente aproveitamento. O Cons. Carlos André, com relação ao texto do parágrafo 5º do artigo 7º, sugeriu a supressão do mesmo, alegando não entender o porquê da sua existência naquele contexto. O Cons. Cezar Bastos questionou também a existência deste tipo de previsão na referida norma, ou seja, com relação à situação de quem se enquadra como provável formando. A Cons. Leila argumentou que essa previsão já existe na atual deliberação que trata de reingresso para ex-alunos da FURG, e que o objetivo era permitir também para estudantes que foram vinculados a outras instituições, uma vez que o pedido passaria pelo crivo da coordenação de curso que analisaria o cumprimento dos requisitos necessários ao enquadramento como formando, entendendo, porém, que se o plenário achar que não há consenso poderia se abrir mão desse trecho na proposta original. O Cons. Nelson lembrou aos presentes que o conceito de provável formando na Universidade sempre foi uma questão polêmica e quando se precisou usar nunca foi bem aceita essa definição. A Cons. Leila sugeriu que se seja mantida a possibilidade de estudantes da FURG que foram excluídos por qualquer motivo e estão na condição de provável formando poderem participar do processo. O Cons. Carlos André também sugeriu que o texto relativo aos parágrafos 7º e 8º do artigo 7º também não precisariam constar na norma. O servidor TAE Heber explicou que o que não está sendo bem entendido é que a partir dessa proposta, após realizadas as inscrições não existirão mais vagas por modalidade e sim uma classificação geral dos candidatos às vagas existentes. Nesse momento o plenário, a pedido da Senhora Presidenta, concordou que os conselheiros presentes que haviam participado da discussão junto à 6ª Câmara pudessem se reunir rapidamente a fim de consensuar uma adequação da proposta à luz do que foi discutido pelo plenário com relação a alguns pontos e apresentar a todos. No retorno ao plenário o relator, Cons. Mateus, fez a leitura de três pontos discutidos pelo grupo, conforme segue: no artigo 3º a inserção de um parágrafo 3º com o texto *“Mediante requerimento formal da coordenação de curso à PROGRAD, poderão ser ofertadas vagas, mesmo que o cálculo não indique a existência de vagas ociosas”*; no artigo 4º a inserção do parágrafo 4º com o texto *“Entende-se por cursos diferentes aqueles cadastrados no âmbito da Instituição e junto ao MEC, com códigos distintos”*; e no artigo 7º a supressão simples do parágrafo 5º, renumerando os demais. O Cons. Carlos André sustentou seu entendimento de que resolveria o impasse se as vagas fossem diferenciadas no início da norma e que também o parágrafo 4º do artigo 7º não constasse na mesma. O Cons. Marcos Amarante explicou que após a inscrição dos candidatos existirá uma classificação geral para a ocupação das vagas oferecidas, independentemente da modalidade de

inscrição de cada um dos candidatos e que também entende que ao se caracterizar exatamente o que significa curso diferente deve-se resolver as dúvidas surgidas em relação a esse tema. O Cons. Mateus disse entender que também há a questão da análise das chamadas “áreas afins” que era levada em consideração e que com a determinação de que se leve em conta os códigos de cursos diferentes se resolveria essa questão. O Cons. Carlos André manteve seu entendimento com a argumentação de que a proposta mantida como apresentada poderá acarretar problemas de interpretação na esfera judicial. Solicitou então que fosse realizada a votação por itens discutidos e não do texto como um todo. A Senhora Presidenta consultou o plenário que decidiu por maioria realizar a apresentação da proposta de texto original, com as adequações apresentadas pelo grupo que participa da 6ª câmara, contra as propostas de alterações do Cons. Carlos André. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara, com as alterações promovidas em plenário, foi colocado em votação, sendo aprovado por maioria, contando com 2 (dois) votos contrários. Após a votação o Cons. Carlos André solicitou o registro em ata com relação ao seu voto contrário, conforme segue: *“Em que pese os méritos que traga em termos de sistematização e atualização da fórmula de referência, trabalho pelo qual se louva os proponentes, infelizmente observa-se tratar -se de norma lacunosa, que, pela ausência de detalhamentos orientadores precisos e pelas suas omissões, acaba por permitir que candidatos ao Edital de vagas, inscritos em uma modalidade, possam ingressar em outra, sem critérios que salvaguardem o número adequado de alunos em sala de aula, especialmente as disciplinas dos primeiros períodos. Nesta perspectiva, preconiza-se um efeito perverso, pelo qual ao pretender resolver as vagas legitimamente existentes nas séries mais avançadas, acaba-se por abrir as portas para ingresso de alunos exatamente onde não há condições para recebê-los. Por não compactuar com a produção normativa que não atenda aos detalhamentos necessários para precisa orientação da cidadania, em que pese concordar-se com a filosofia geral que a orienta, que envolve a legítima otimização dos aparatos de Estado para servir a esta mesma cidadania, vota-se contra a mesma.”* Na sequência a Cons. Normélia dirigiu-se à mesa da secretaria da reunião e solicitou o registro de que seu voto contrário não foi proferido com relação ao todo da proposta, mas apenas com relação aos itens questionados durante o debate em plenário; **9º) Assuntos gerais** – A Senhora Presidenta informou que na terça-feira a FURG recebeu a sua Licença de Ampliação Ambiental – LIAP, o que significa uma grande conquista para a Instituição em termos de regularização da área do câmpus, orientando para o crescimento da Universidade e ainda delimitando áreas de preservação ambiental no Câmpus Carreiros. Disse que foi um trabalho realizado por um grande grupo de professores da FURG. Disse também que a licença do Câmpus de Santo Antônio da Patrulha já recebeu aprovação em sua primeira fase e que o Câmpus de Santa Vitória do Palmar também está com o processo em andamento. Agradeceu ao Vice-Reitor Danilo Giroldo por ter coordenado esse trabalho juntamente com o Pró-Reitor Marcos Amarante e equipe da ProInfra. O Cons. Marcos Amarante explicou como se deu todo o trabalho da comissão e informou ainda que no momento um novo lote de obras foi enviado para análise dos órgãos de controle e acredita que será mais rápida essa liberação. Falou sobre projeto enviado para a CORSAN a respeito do tratamento de esgoto previsto para o câmpus Carreiros, no qual faz

parte a construção de uma estação elevatória que será operada pela CORSAN e atenderá também o entorno do câmpus. Disse que o trabalho realizado pela FURG ajudou a FEPAM a elaborar o tipo de tratamento que as Instituições de Ensino devem possuir e que também auxiliou o desenvolvimento de pesquisas nesta área de atuação do controle ambiental. A Senhora Presidenta disse ser importante os conselheiros participarem dos seminários que serão realizados com relação a esse tema na Universidade, afirmando que o grande ganho para a FURG é estar preparada para o futuro. Informou aos conselheiros que foi Inaugurada mais uma Casa do Estudante e que os moradores já foram transferidos para esse imóvel dentro do Câmpus Carreiros, afirmando também que em seguida serão iniciadas as construções de mais duas casas para as quais já existem os recursos necessários. Apresentou o servidor TAE Ronaldo Piccioni como novo Pró-Reitor da PROGEP e informou que a servidora TAE Maria Rozana retorna neste momento para a Chefia do Gabinete da Reitora. Deu conhecimento aos presentes que na terça-feira desta semana ocorreu a posse da Diretora do Câmpus de Santa Vitória do Palmar, Prof^a Derocina e que já existe uma comissão que irá tratar de uma proposta de estrutura para os câmpus fora de sede. O Cons. Ednei disse que foi implementado o Comitê Científico do CEME-SUL - Centro de Microscopia Eletrônica da Zona Sul, relacionando os nomes dos seus componentes. Informou também que foi realizado curso de gestão para coordenadores da pós-graduação *stricto sensu* da FURG. O Cons. Nelson solicitou esclarecimento com relação à questão orçamentária. A Senhora Presidenta informou já ter agenda marcada com os diretores para discutir essa questão do ajuste fiscal, mas que por não ter ocorrido ainda a aprovação do Orçamento da União, a proposta local ainda não foi concluída e apresentada às direções das Unidades Acadêmicas. Disse saber que haverá algum tipo de redução orçamentária, mas ainda não tem o percentual de redução divulgado até esse momento. Informou que há um estudo interno com relação a um controle mais rigoroso de alguns gastos já com essa preocupação de redução orçamentária. Comunicou que nos próximos dias deverá ocorrer reunião com os diretores para tratar deste tema relacionado com o ajuste fiscal divulgado pelo governo federal. Entende que esse momento serve para que a Instituição realize avaliações com conseqüente redução em seus custos e promova também adequação de procedimentos que são utilizados atualmente. Afirmou que a FURG sempre realizou um planejamento muito bem organizado e por isso não teve até o momento que tomar qualquer decisão mais rigorosa. Disse que suas contas encontram-se em equilíbrio, apesar de existirem alguns débitos com credores. Informou que a ANDIFES tem trabalhado muito com relação a essa situação, mantendo representação permanente junto ao MEC e apresentando alternativas ao Ministério da Educação. Disse ainda que na reunião que acontecerá com os diretores deve ser apresentada uma proposta para normatização do uso das viaturas oficiais da FURG e também com relação à questão orçamentária da Instituição. Também informou que foi instituída uma comissão que percorrerá todas as Unidades colhendo sugestões a respeito de uma proposta da Política de Comunicação para a Instituição e também que incluía a identidade visual da Universidade, a fim de mostrar quem somos e o que fazemos. A Cons. Lucia falou sobre a elaboração de uma nova política de extensão para a Universidade que contará com a participação dos Conselhos das Unidades Acadêmicas. Disse que

vai haver uma consulta pública via internet e também seminários a respeito do tema. O Cons. Vilmar informou que na linha do bom uso dos recursos públicos, a Universidade qualificou o aumento nos valores dos benefícios estudantis. Registrou a inauguração de nova moradia para estudantes indígenas. Informou que está em andamento uma discussão a respeito dos critérios para concessão dos benefícios e garantiu que todos os interessados que comprovaram enquadramento nos critérios estabelecidos atualmente garantiram vaga nas casas existentes, sendo que apenas alguns recursos estão em estudo pela PRAE. Garantiu que a assistência estudantil vem sendo ampliada na FURG gradativamente. Comunicou que existe um grupo de estudantes que ocupou o hotel de trânsito da Universidade, com a argumentação de que não há vagas suficientes, afirmando que essa informação não é verdadeira, pois todos que buscaram o auxílio e cumpriram os critérios estabelecidos foram atendidos, mas que o assunto está sendo tratado e as demandas revisadas. A Senhora Presidenta disse que o que ocorre é que alguns estudantes foram excluídos através de um processo criterioso e estão inconformados. Disse que em reunião com os representantes do DCE os valores gastos com a assistência estudantil foram apresentados a eles. O Cons. Nelson transmitiu em nome dos integrantes do C3 uma solicitação para que a abertura do portão do Câmpus Carreiros junto a Estrada Roberto Socoowski seja mantida por um período maior durante o dia. O Cons. Marcos Amarante explicou que essa restrição de horário é momentânea e permanecerá apenas para evitar um fluxo maior do trânsito de veículos no interior do Câmpus enquanto a obra das vias internas não estiver concluída, garantindo que logo após o período de abertura do portão será ampliado. O Cons. Cezar sugeriu que poderia haver a criação de alguns critérios para o controle de veículos no interior do Câmpus, talvez através de adesivos afixados nos veículos. O Cons. Marcos Amarante informou que várias alternativas estão em estudo a fim de melhorar o trânsito no interior do Câmpus e que serão trazidas a conhecimento do Conselho em breve. Informou também que em breve o Câmpus Carreiros contará com mais um acesso, o qual será estabelecido junto ao CAIC, onde também está sendo construída uma praça que atenderá os estudantes do CAIC e também da comunidade local. Nada mais havendo a tratar, às 9h30min a Senhora Presidenta encerrou a reunião. A ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e vai assinada pela Senhora Presidenta e por mim, Jorge Augusto da Silveira Bastos, que secretariei a reunião.

Prof^a. Dr^a. Cleuza Maria Sobral Dias
PRESIDENTA DO COEPEA

Adm. Jorge Augusto da Silveira Bastos
SECRETÁRIO